

DA ERA DIGITAL À JUSTIÇA INTELIGENTE: EXPLORANDO A EVOLUÇÃO DOS SOFTWARES NO DIREITO E O PAPEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SISTEMA JUDICIÁRIO

Sandra Mongin Cecilioti¹

Ednea Zandonadi Brambila Carletti²

RESUMO

Este artigo explora o papel dos softwares no direito e na justiça, com foco na integração da inteligência artificial (IA) ao sistema judiciário. Nas últimas décadas, a tecnologia tem sido fundamental no campo jurídico, oferecendo soluções para melhorar a eficiência, acessibilidade e qualidade dos serviços jurídicos. São examinadas as principais categorias de softwares no direito, incluindo sistemas de gestão de processos, bancos de dados jurídicos, ferramentas de pesquisa e automação de documentos. Destaca-se a IA e suas aplicações no contexto jurídico, como análise preditiva, reconhecimento de padrões e assistentes virtuais. Discute-se os benefícios da integração da IA, como a aceleração das decisões, redução de erros, melhoria operacional e promoção da igualdade de acesso à justiça. Por meio de revisão crítica da literatura e estudos de caso, este trabalho oferece uma visão sobre o uso de softwares, especialmente IA, no direito e na justiça, destacando potencialidades, limitações e implicações para o futuro do sistema jurídico.

Palavras-Chave: Softwares. Sistema Judiciário. Inteligência Artificial.

ABSTRACT

This article explores the role of software in law and justice, focusing on the integration of artificial intelligence (AI) into the judicial system. Over the last decades, technology has been pivotal in the legal field, offering solutions to enhance the efficiency, accessibility, and quality of legal services. It examines the main categories of software in law, including case management systems, legal databases, research tools, and document automation. It highlights AI and its applications in the legal context, such as

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim

² Mestre em Ciência da Informação pela PUC-Campinas. Especialista em Informática na Educação pelo IFES. Graduada em Pedagogia pela FAFIA. Coordenadora e professora na Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim.

predictive analysis, pattern recognition, and virtual assistants. The benefits of AI integration are discussed, including accelerated decision-making, error reduction, operational improvement, and promotion of equal access to justice. Through critical literature review and case studies, this work provides insight into the use of software, especially AI, in law and justice, emphasizing potentials, limitations, and implications for the future of the legal system.

Keywords: Softwares. Judicial System. Artificial Intelligence.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o avanço tecnológico tem permeado todas as esferas da sociedade, inclusive o campo jurídico, onde a utilização de softwares e inteligência artificial ganha destaque como ferramenta aliada ao sistema judiciário e de acordo com a Revista AutoJur (2024), a inteligência artificial tem um grande potencial para transformar o setor jurídico, tornando-o mais eficiente, acessível e inovador. Nesse contexto, os profissionais do direito necessitam manter-se atualizados sobre as últimas tendências em IA e buscar maneiras de incorporar essa tecnologia em sua prática profissional.

Almada e Zanatta (2024), falam que à medida que o sistema jurídico brasileiro abraça a era da inteligência artificial, há a expectativa de que a pesquisa jurídica seja transformada, tornando-se mais eficiente e acessível para especialistas e o público em geral.

Porcelli (2021) ressalta que com a disseminação crescente dessa tecnologia presente em todos os setores profissionais e mercados, a tendência é adentrar cada vez mais o âmbito jurídico. Atualmente, observa-se a integração da tecnologia em prol do Direito, seja por meio do desenvolvimento de ferramentas avançadas que podem ser utilizadas na prática profissional dos juristas, ou pelo surgimento de novas situações e desafios jurídicos decorrentes da introdução de tecnologias inovadoras na sociedade.

Diante desse cenário, este estudo demonstra a importância da Inteligência Artificial no contexto jurídico e analisa alguns softwares que visam proporcionar eficiência e celeridade dos processos legais do judiciário.

No contexto do Direito e da Justiça, a aplicação de softwares e inteligência artificial apresenta-se como uma oportunidade para aprimorar a qualidade dos serviços prestados, reduzindo erros e aumentando a objetividade na interpretação das leis.

Contudo, é fundamental reconhecer que, assim como ocorre com qualquer avanço tecnológico, há desafios e limitações a serem considerados, e, diante da crescente utilização de softwares e inteligência artificial no contexto do Direito e da Justiça, surge a necessidade de questionar: qual o impacto positivo essa tecnologia pode trazer para o contexto do direito e da justiça?

A busca por uma resposta a esses questionamentos torna-se essencial para garantir a confiabilidade e a equidade no uso de tecnologias inteligentes no âmbito jurídico, considerando tanto os benefícios potenciais quanto os riscos associados à sua implementação.

Diante do exposto, é imprescindível conhecer como os softwares e a inteligência artificial têm sido utilizados no âmbito do Direito e da Justiça, visando compreender sua eficácia como aliados ao sistema judiciário, bem como sua aplicabilidade, funcionalidade, potencialidades, limitações e impactos. Por meio de uma abordagem crítica e analítica, buscar-se-á fornecer subsídios para uma compreensão mais ampla e aprofundada sobre o papel dessas tecnologias na modernização e na eficácia do sistema jurídico, bem como na promoção de uma justiça mais acessível e eficiente. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza básica, com objetivos exploratórios e abordagem qualitativa por meio da leitura e análise de livros, artigos, tese, dissertações, doutrinas e jurisprudências.

2 EVOLUÇÃO DO USO DE SOFTWARE E A ATUAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SISTEMA JURÍDICO

O histórico da adoção de tecnologia no sistema jurídico tem transformado significativamente a prática do direito nos últimos anos, representada por uma jornada fascinante que testemunha a evolução das práticas legais ao longo do tempo. Desde os primórdios da escrita e dos registros legais até a era digital atual, as inovações tecnológicas têm desempenhado um papel fundamental na transformação e

modernização do sistema jurídico. Ou seja, para que se compreenda o impacto da tecnologia no sistema jurídico, é necessário revisitar os marcos históricos que moldaram sua evolução, pois no início da civilização, a escrita e a codificação de leis foram os primeiros passos para a organização do sistema jurídico. E, com a invenção da imprensa, na Idade Média, a disseminação das leis tornou-se mais rápida e acessível, marcando o início de uma era de maior democratização do conhecimento jurídico (Bezerra, 2023).

Ainda com a percepção de Bezerra (2023), a primeira etapa da evolução da tecnologia no direito pode ser identificada no final da década de 1960 e início da década de 1970, com a introdução de tecnologias básicas como a digitalização de documentos e a criação de bancos de dados eletrônicos. Nesta época, a utilização da tecnologia ainda era limitada, e as principais funções eram o armazenamento e a organização de informações.

Para Carvalho (2018), o mundo jurídico já vive o potencial transformativo das tecnologias da informação sobre práticas que muitos acreditavam ser imutáveis. A introdução da inteligência artificial para realização de análise de licitações, contratos e até mesmo de decisões, culminando na real possibilidade de previsão de *decisium*, bem como a automatização da advocacia de massa são apenas alguns exemplos de mudanças no mercado jurídico que podem transformar a advocacia contemporânea. Contudo, somente no século XX as primeiras tecnologias digitais começaram a ser aplicadas ao direito. Iniciou-se com a era da digitalização onde marcou a transição de documentos em papel para arquivos digitais. Logo depois surgiu a automação de processos utilizando softwares específicos para o setor jurídico. Sistemas de gestão de documentos emergiram como uma solução para organizar e armazenar de maneira mais eficiente o crescente volume de informações legais e com a informatização dos processos judiciais, os tribunais poderiam agilizar o fluxo de trabalho e melhorar a acessibilidade aos registros legais (Silva, 2019).

Nesse contexto, Schwab (2016) diz que a Internet representaria uma Quarta Revolução Industrial, em que tecnologias de *software* implementam uma conectividade digital que está mudando profundamente a sociedade. “A escala do

impacto e a velocidade das mudanças fazem que a transformação seja diferente de qualquer outra revolução industrial da história da humanidade”.

Guedin (2018) diz que o surgimento da tecnologia está relacionado aos dois termos que aconteceu no fim dos anos 80 e início da década de 90, quando o Document Management System (DMS), em português Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), começou a ser utilizado para a captura e armazenamento de documentos nas organizações.

O grande marco da digitalização no setor jurídico, se deu com a introdução de computadores pessoais e softwares básicos, pois antes disso, a gestão de documentos era totalmente manual, com arquivos físicos ocupando grande espaço nos escritórios e tribunais. Com a chegada de softwares de processamento de texto, como o Microsoft Word e de sistemas básicos de gerenciamento de documentos eletrônicos (GED), houve a revolução na forma como advogados e funcionários administrativos gerenciam e acessam informações.

Com a chegada da era da informação e a expansão da internet o sistema jurídico passou por uma transformação radical, onde os sistemas de pesquisa jurídica online revolucionaram a forma como advogados, juízes e estudiosos do direito acessam e analisam jurisprudência, doutrina e legislação, tornando o processo de pesquisa mais rápido, abrangente e acessível. E, com o avanço da internet no final dos anos 90, início dos anos 2000 e com o auxílio de softwares específicos, advogados e escritórios de advocacia passaram a ter acesso a ferramentas que facilitam a organização e gestão de processos, bem como a produção de documentos e petições. Dessa forma, surgiram os primeiros portais eletrônicos destinados ao setor jurídico. Esses portais permitiam que advogados, juízes e partes interessadas acessem informações processuais de maneira remota e em tempo real (Bezerra, 2023).

Diante do contexto histórico, a evolução dos softwares utilizados no Direito tem sido marcada por avanços significativos ao longo das últimas décadas. Inicialmente eles eram predominantemente voltados para funções básicas de processamento de texto e organização de informações, facilitando principalmente a redação de documentos jurídicos e a gestão de processos judiciais. Com o avanço da tecnologia e a

digitalização dos processos jurídicos, os softwares passaram a desempenhar um papel mais amplo e sofisticado no contexto legal. Surgiram sistemas de gerenciamento de processos judiciais (PJE), que permitem aos advogados e escritórios de advocacia acompanhar o andamento dos casos, controlar prazos, gerenciar documentos e automatizar tarefas repetitivas (Hino; Cunha, 2020).

A partir de 2010, os consequentes avanços científicos possibilitaram a introdução da inteligência artificial em softwares jurídicos como o ROSS e o LawGeex, sistemas que são capazes de analisar contratos e emitir pareceres jurídicos com enorme velocidade e precisão e segundo relato de Luiz Fux (2019), a IBM definiu seis categorias de potenciais aplicações da inteligência artificial ao Direito, a saber: previsão de resultados de conflitos judiciais, elaboração de peças jurídicas; revisão de contratos; identificação de padrões em decisões judiciais; rastreamento de propriedade intelectual e mecanização do faturamento de honorários.

Desta forma, nota-se que os softwares têm desempenhado um papel cada vez mais relevante na pesquisa jurídica, revolucionando a maneira como os profissionais do direito acessam, organizam e analisam informações legais, em um campo onde a precisão e a atualização constante são essenciais. Essas ferramentas tecnológicas oferecem uma série de benefícios que facilitam e aprimoram o trabalho dos advogados, juízes, estudantes e pesquisadores jurídicos.

Para Chaves e Colombi (2021), uma das principais contribuições dos softwares na pesquisa jurídica é a vasta quantidade de recursos disponíveis em formato digital que são as plataformas de pesquisa jurídica, como bancos de dados de jurisprudência, legislação e doutrina. Oferecem acesso a uma gama diversificada de fontes, incluindo decisões judiciais, leis, pareceres, artigos acadêmicos e comentários de especialistas, ampliando significativamente o alcance e a profundidade da pesquisa, permitindo que os usuários consultem uma variedade de fontes em um único local, sem as limitações físicas de bibliotecas tradicionais.

A automação de tarefas no meio jurídico tem sido uma área de grande interesse e desenvolvimento nos últimos anos. Impulsionada pela crescente adoção de softwares especializados, estas ferramentas tecnológicas desempenham um papel fundamental

na simplificação e otimização de processos, permitindo que os profissionais do direito aumentem sua eficiência, reduzam erros e foquem em atividades mais estratégicas, eliminando assim as tarefas repetitivas e de baixo valor agregado (Porcelli, 2021).

Os softwares de automação jurídica facilitam a colaboração entre equipes e departamentos, pois ao centralizar informações e documentos em uma plataforma digital, os profissionais do direito podem compartilhar facilmente recursos, colaborar em projetos e coordenar suas atividades de forma integrada. Isso promove a eficiência organizacional e evita a duplicação de esforços, resultando em uma prestação de serviços jurídicos mais eficaz e orientada para o cliente, pois desempenham um papel importante na redução de custos operacionais. Ao automatizar tarefas rotineiras e simplificar processos, essas ferramentas permitem que os escritórios de advocacia aumentem sua produtividade e reduzam a necessidade de mão de obra manual, onde isso não apenas economiza tempo e recursos, mas também permite que os advogados foquem em atividades mais estratégicas e de maior valor agregado, como aconselhamento jurídico e representação em tribunal (AutoJur, 2024).

Segundo Moraes da Rosa (2019), está ocorrendo uma conexão entre o mundo digital; o mundo físico, que são as “coisas”; e o mundo biológico, que somos nós, vinculados aos mecanismos do processo judicial. O autor destaca que conforme o avanço tecnológico, diversas áreas do conhecimento e da prática profissional tem passado por essa transformação. O campo do Direito e da Justiça não é exceção. Com a crescente complexidade das demandas jurídicas e o volume cada vez maior de informações a serem processadas, a Inteligência Artificial (IA) emerge como uma aliada valiosa no contexto jurídico. A evolução dos softwares utilizados no contexto do Direito e da Justiça destaca o papel da inteligência artificial como facilitadora e potencializadora dessas ferramentas.

3 IMPACTOS E DESAFIOS DO USO DE SOFTWARES NO TRABALHO JURÍDICO

Segundo o site Bcompany (2024) os escritórios de advocacia enfrentam uma série de desafios decorrentes da complexidade e da natureza minuciosa das tarefas legais. Uma das principais barreiras à eficiência é a presença de tarefas repetitivas, que

consomem tempo valioso dos profissionais do direito e podem comprometer a qualidade do serviço prestado.

O site ainda destaca que a automatização serve para dois propósitos fundamentais. Em primeiro lugar, ela alivia a carga de trabalho dos profissionais. De modo complementar, porém, também redefine a forma como a prática jurídica é conduzida, promovendo uma abordagem mais ágil, eficaz e orientada para o futuro. Isso significa que os escritórios que ainda não se adaptaram estão correndo riscos, ficando para trás em termos de competitividade.

Nota-se que a introdução de softwares jurídicos na rotina jurídica é como uma antecipação às demandas do futuro já no presente. Ao adotar tecnologias inovadoras, os escritórios podem se posicionar estrategicamente em um ambiente jurídico em constante evolução, garantindo eficiência, precisão e qualidade excepcionais.

A sociedade se modificou drasticamente em curto espaço de tempo, e a tecnologia, especialmente as redes sociais, influenciou nessa mudança. Essa nova dinâmica social exige uma nova conceituação do que é Justiça e de como deve ser a prestação jurisdicional (Koetz, 2018, s.p.).

As vantagens e potenciais do uso de software no trabalho jurídico são vastas e importantes, abrangendo áreas que influenciam diretamente a eficácia e a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais do direito. Destacam-se softwares especializados em gestão de processos, documentação e agenda permitindo que os advogados otimizem seu tempo, direcionando seus esforços para atividades mais estratégicas e analíticas. Ações que não apenas aumentam a produtividade individual, mas também contribui para uma melhor alocação de recursos dentro dos escritórios de advocacia, resultando em um serviço mais ágil e eficiente para os clientes.

Aspectos positivos que impactam o uso dos softwares jurídicos é proporcionar qualidade no atendimento ao cliente, como o andamento processual atualizado automaticamente pelos Tribunais, sendo bom para o cliente, que não precisa aguardar o retorno e é bom para o advogado, que não acumula tarefas e consegue resolver instantaneamente suas pendências. A segurança nas informações também é outro aspecto positivo, pois documentos físicos estão sujeitos a riscos e apagar com o

tempo e a digitalização agrega essa segurança. Os softwares jurídicos trazem benefícios para a gestão de escritórios no âmbito da advocacia, pois não se limitam apenas aos aspectos operacionais do dia a dia e sim a gestão de muitos outros pontos (Kurier, 2017).

Outros aspectos positivos da implementação de softwares jurídicos é a redução de mão de obra, valorizando o profissional permanente e diminuindo despesas. Também o menor fluxo de informações com menos burocracia, otimizando o trabalho. A tecnologia também está mudando a maneira como os advogados fazem pesquisa e análise de dados. Ferramentas de pesquisa online e análise de big data podem ajudar os advogados a encontrar casos relevantes e identificar padrões e tendências em dados jurídicos. No entanto, é importante lembrar que a tecnologia não substitui a necessidade de advogados qualificados e experientes. Embora a tecnologia possa ajudar os advogados a trabalhar de maneira mais eficiente, a habilidade humana e a experiência continuam sendo essenciais para tomar decisões informadas e estratégicas (Jornal da Advocacia, 2023).

Neste mesmo contexto, é importante ressaltar que a tecnologia pode apresentar desafios e riscos para a área jurídica, como por exemplo, a privacidade dos dados pessoais, que é uma preocupação crescente à medida que as informações se tornam cada vez mais digitais. Os advogados precisam estar cientes desses riscos e trabalhar para garantir a conformidade com as leis de proteção de dados. Em resumo, a tecnologia está transformando rapidamente a área jurídica, trazendo benefícios significativos, oportunidades e desafios para os profissionais do direito.

Desta forma, é primordial garantir que os dados sejam devidamente protegidos e utilizados de forma ética, adotando uma abordagem multidisciplinar que envolva não apenas especialistas em tecnologia e direito, mas também éticos, sociólogos, psicólogos e outros profissionais.

Por fim, é importante mencionarmos que a precisão dos sistemas inteligentes, bem como a transparência do funcionamento dos algoritmos são medidas extremamente necessárias para a sua implementação no setor público. Outra coisa importante é que as premissas legais devem ser extremamente claras, de forma que cada iniciativa de

automação no Poder Judiciário do Brasil observe limites éticos. Aderindo uma forma gradativa e prudente dessas iniciativas do uso da tecnologia, novas tecnologias no sistema judiciário poderão se desenvolver, ou seja, ao invés de alarmar a população sobre as decisões totalmente automatizada, estudos mais aprofundados sobre o uso seguro da IA devem ser produzidos não só pelas entidades privadas, mas também pelas entidades públicas para o melhor aproveitamento. (Fornasier, 2020).

Vale ressaltar que o uso de software no trabalho jurídico também apresenta questões relacionadas à propriedade intelectual e direitos autorais de software que podem surgir quando advogados utilizam ferramentas desenvolvidas por terceiros em sua prática.

De maneira geral, softwares são protegidos por direitos autorais, de forma semelhante às obras literárias e audiovisuais. Contudo, há diferenças importantes, como a duração da proteção, que é menor para o software. Softwares também não são objeto de propriedade industrial, não sendo patenteáveis, ainda que seja possível que uma patente inclua um software como componente de uma invenção ou modelo de utilidade (Lazzarini, 2018, p.2)

Segundo Lazzarini (2018), é importante garantir que o uso desses softwares esteja em conformidade com as leis de direitos autorais e licenciamento de software, a fim de evitar possíveis litígios e sanções legais. Fato que pode resultar em lacunas legais e incertezas jurídicas, especialmente em áreas como proteção de dados, cibersegurança e responsabilidade civil por danos causados por algoritmos ou IA. Os legisladores e reguladores enfrentam o desafio de desenvolver e atualizar constantemente leis e políticas que acompanhem o ritmo da inovação tecnológica, garantindo ao mesmo tempo a proteção dos direitos individuais e a promoção do progresso social.

4 SOFTWARES UTILIZADOS NO MEIO JURÍDICO

A utilização de software e inteligência artificial no sistema jurídico, tem se consolidado como uma ferramenta essencial para a modernização e eficiência do setor. Cuidar de processos jurídicos requer muito cuidado, principalmente, pelo fato de que todo ato processual, que demanda alguma ação, tem um prazo determinado por lei ou pelo

juízo a ser cumprido. Por esses motivos que a tecnologia, através de softwares jurídicos despontam como a melhor alternativa para lidar com a crise contemporânea, auxiliam no trabalho jurídico e otimizam o tempo para outros assuntos.

Plataformas de acompanhamento processual, criação e assinatura de contratos, mecanismos de pesquisa avançados, inteligência de dados para resolução de conflitos, *marketplace* de profissionais jurídicos. São inúmeras as opções de softwares jurídicos que despontam hoje, a fim de aferir mais agilidade no dia a dia do Advogado moderno (Jusbrasil, 2021)

Dentre muitos softwares jurídicos, um dos mais utilizados por advogados e repartições públicas é o Jusbrasil PRO, um produto digital que procura otimizar a gestão do Direito de advogados autônomos, escritórios pequenos, médios ou grandes, empresas e órgãos governamentais com segurança e simplicidade através da facilidade que a tecnologia proporciona. Desenvolve um estudo da jurisprudência de todos os tribunais do Brasil com excelência e praticidade, acessando um sistema unificado de download de ementas, modelo de peças entre outros arquivos jurídicos fundamentais. A assinatura Jusbrasil PRO se destaca no mercado por ser ideal tanto para advogados autônomos, quanto para equipes jurídicas que operam com uma quantidade maior de processos (Jusbrasil, 2021).

Outro software muito conhecido e utilizado segundo o Blog Jusbrasil (2021), é o Projuris, muito conhecido no mundo jurídico pela facilidade que traz para advogados tomarem decisões estratégicas. Através dele, o advogado pode calcular a contagem de prazo das tarefas, bem como ter andamentos e publicações cadastradas na pasta do processo do sistema de forma automática. Ele também permite que o escritório emita relatórios gerenciais dos processos e atividades, bem como possibilidade de gestão e controle financeiro do próprio departamento.

Também segundo o Blog Jusbrasil (2021), o Contraktor é um dos softwares jurídicos em nuvens projetado para gestão completa de todo o ciclo de vida de contratos jurídicos. Esse software auxilia desde o momento em que surge a necessidade de elaborar um documento até o seu armazenamento após o término de sua vigência. Ele cria e edita contratos digitais, assinaturas eletrônicas seguras e gestão de

contratos, prazos, processos e financeiro. Também oferece todas as ferramentas necessárias para simplificar a maneira como os diversos departamentos, como comercial, financeiro, jurídico, entre outros, lidam com contratos.

O software de Acompanhamento Processual da Jusbrasil é exatamente o que o nome sugere: uma plataforma para transformar o jeito como você monitora o andamento dos seus processos. É um dos softwares jurídicos para advogados e pequenas equipes jurídicas. Facilita o trabalho de consultar manualmente o site de cada Tribunal podendo ser feito por computadores. Realiza o acompanhamento de um processo específico ou vincula algum nome ao acompanhamento.

Já na ferramenta de acompanhamento de processos, é feita uma procura diária nos Diários Oficiais e também no sistema interno dos Tribunais, comunicando aos interessados, ou seja, fica sabendo sempre que houver algum andamento, prazo em curso e juntada de documento nos processos que supervisionar (Jusbrasil, 2022).

Segundo a matéria exibida no Blog Jusbrasil (2022), a JUSTTO é uma empresa que desenvolveu software voltado para resolução de conflitos jurídicos. É um recurso interessante para aqueles que trabalham com litígios e outros tipos de conflito, sendo uma ótima opção entre os softwares jurídicos para advogados e setores jurídicos em geral. Desta forma, nosso sistema processual passou por mudanças intensas com o Código de Processo Civil de 2015. As pessoas envolvidas em conflitos de Direito agora são muito estimuladas pela Lei para resolver seus problemas sem intervenção do Estado, visto que a máquina judiciária brasileira se encontra abarrotada de processos que estão caminhando em passos lentos para julgar.

O Código de Processo Civil de 2015, dispõe em seu art. 3º, § 3º, que os métodos alternativos de resolução de conflitos devem ser incentivados não só por juízes, mas também por advogados, Defensores Públicos e membros do Ministério Público, inclusive durante a tramitação de um processo judicial. É nesse contexto que os acordos judiciais e extrajudiciais estão em alta, e agora existem softwares jurídicos para lidar melhor com esses conflitos.

Outro exemplo que vale mencionar de acordo com o site jurídico Migalhas (2023) é o ROSS Intelligence que é um software de pesquisa jurídica com inteligência artificial que usa um modelo de linguagem para analisar documentos jurídicos e extrair informações relevantes. A plataforma foi projetada para ajudar os advogados a identificar e analisar rapidamente jurisprudência, estatutos e outros precedentes legais relevantes.

Desde 2014, pesquisadores da Universidade de Toronto, no Canadá, vêm desenvolvendo o software ROSS. A plataforma é baseada em tecnologia de inteligência artificial da IBM, e tem por objetivo oferecer pesquisas detalhadas e confiáveis aos advogados na busca de argumentos para suas ações, através da comparação de jurisprudência, doutrina e normas legais. O ROSS pode processar, em apenas um segundo, quinhentos gigabytes de dados, o equivalente a um milhão de livros. Isso permite que ele archive toda a legislação do país, jurisprudências, precedentes, citações e qualquer outra fonte de informação jurídica. Além disso, pode atualizar seu conteúdo vinte e quatro horas por dia, todos os dias, e alertar o advogado sobre informações recentes que afetem um caso em que está trabalhando (Andrade, 2020, p.28).

Esses softwares ilustram como a inteligência artificial, quando aplicada de forma adequada, pode fornecer benefícios tangíveis e significativos no sistema jurídico, aumentando a eficiência, precisão e qualidade do trabalho dos profissionais do direito.

5 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A pesquisa sobre a adoção e evolução de softwares no sistema jurídico revela uma trajetória significativa de transformação e modernização, que pode ser organizada em três fases principais: a era da escrita e da imprensa, a era da digitalização e a era da inteligência artificial (IA). A escrita e a codificação de leis foram os primeiros marcos na organização do sistema jurídico. A invenção da imprensa na Idade Média acelerou a disseminação das leis, democratizando o conhecimento jurídico. “Pois o direito se modifica e evolui em função do desenvolvimento e modificação das civilizações e das sociedades” (Reis, s.d., p. 15)

Este período foi importante para a formação das bases do sistema jurídico moderno, permitindo o registro e a consulta de leis de maneira mais acessível e organizada. A introdução de computadores pessoais e softwares básicos nos anos 80 e 90 marcou o início da digitalização no setor jurídico. Ferramentas como a Microsoft Word e sistemas de GED revolucionaram a gestão de documentos, possibilitando a criação, armazenamento e compartilhamento de documentos de maneira mais eficiente e segura, aumentando a produtividade e reduzindo custos operacionais. Análise de dados avançados, predição de resultados judiciais, revisão automatizada de contratos e identificação de padrões em grandes volumes de documentos legais.

Uma das principais vantagens da aplicação da Inteligência Artificial (IA) no campo jurídico é a significativa melhoria na eficiência e rapidez dos processos, bem como a redução de erros. (Negreiro, 2023). Após a implementação da inteligência artificial nos casos apresentados é fundamental realizar uma análise dos resultados obtidos e extrair lições aprendidas para orientar futuras ações e melhorias no sistema jurídico. Uma análise dos resultados revela que a integração da inteligência artificial resultou em ganhos significativos de eficiência, precisão e qualidade no trabalho dos profissionais do direito.

Observa-se que qualquer que seja o software escolhido para o trabalho jurídico, todos são capazes de realizar suas tarefas de forma mais rápida, precisa e consistente. Isso se traduz em um melhor atendimento ao cliente, com resultados mais satisfatórios em processos judiciais e negociações contratuais.

Há também uma discussão de como as plataformas online e aplicativos móveis facilitam o contato entre advogados e clientes, eliminando barreiras geográficas e econômicas. Isso é especialmente relevante em regiões remotas ou carentes de recursos jurídicos. O uso de software jurídico democratiza o acesso à justiça, promovendo uma maior inclusão e igualdade de oportunidades no sistema jurídico.

A análise da literatura revela que a evolução tecnológica no sistema jurídico é um processo inevitável e necessário para acompanhar as demandas da sociedade moderna. A digitalização e a IA não apenas aumentam a eficiência e a precisão, mas também ampliam o acesso à justiça. No entanto, é crucial equilibrar os benefícios

tecnológicos com a proteção de dados e a responsabilidade ética, integrando a IA e outras tecnologias avançadas, de maneira transparente e inclusiva, garantindo que os profissionais do direito estejam preparados para lidar com as novas ferramentas. Além disso, a regulamentação e a supervisão adequadas são essenciais para evitar abusos e garantir que a tecnologia seja utilizada de forma justa e eficiente.

É importante reconhecer que a implementação da inteligência artificial também apresenta desafios e limitações, em questões éticas, como a transparência e imparcialidade dos algoritmos, devem ser cuidadosamente consideradas para garantir que a IA seja utilizada de forma responsável e justa. É necessário também garantir a segurança e proteção dos dados confidenciais dos clientes, especialmente em um ambiente tão sensível quanto o jurídico.

Souza (2023) ressalta que as tecnologias mudam com rapidez e de forma constante, e é essencial realizar avaliações de forma periódica para compreender como as decisões e as respostas da Inteligência Artificial estão sendo entregues e se estão de acordo com os entendimentos legais e éticos da sociedade, caso contrário é possível identificar e ajustar o que for necessário, para otimizar as respostas.

Considera-se que a tecnologia tem o potencial de transformar profundamente o sistema jurídico, tornando-o mais acessível, eficiente e preciso. No entanto, essa transformação deve ser acompanhada de uma reflexão ética e de uma regulamentação adequada para garantir que os benefícios sejam maximizados enquanto os riscos são mitigados.

A integração da Inteligência Artificial no diagnóstico jurídico é uma tendência que oferece benefícios significativos em termos de eficiência e precisão, mas também traz desafios e questões a serem abordadas de maneira responsável. O impacto a longo prazo dessa mudança é profundo, afetando não apenas a prática jurídica, mas também a própria natureza do direito e do sistema de justiça. Portanto, é essencial que os profissionais do direito estejam preparados para navegar nesse cenário em evolução e adotar uma abordagem cautelosa e ética ao utilizar a IA como uma ferramenta valiosa em sua prática. A adoção responsável da IA no mundo jurídico é

fundamental para garantir que a justiça, a transparência e a equidade continuem sendo os pilares do sistema legal.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se evidente que os softwares jurídicos e o uso da inteligência artificial, desempenham um papel fundamental na promoção de uma justiça mais acessível e eficiente. Essas tecnologias têm impulsionado mudanças significativas no sistema jurídico, seja na automação de tarefas rotineiras, na análise de grandes volumes de dados legais ou na democratização do acesso à informação jurídica. No entanto, é importante reconhecer que, junto com os benefícios, surgem desafios éticos, legais e sociais bem como a proteção da privacidade e segurança dos dados, e que esses dilemas éticos e a garantia de práticas transparentes são aspectos cruciais a serem considerados e que precisam ser enfrentados e abordados de forma cuidadosa e transparente,

Nota-se que as perspectivas futuras no sistema jurídico são marcadas por uma interseção de desafios e oportunidades. A inovação contínua, a adaptação e a colaboração entre todas as partes interessadas serão fundamentais para garantir que o sistema jurídico continue a desempenhar seu papel na promoção da justiça e da ordem social em um mundo em constante mudança.

A realidade deste novo século exige uma postura diferente do operador do Direito, pois o mesmo não pode parar no tempo e deve se valer de todos os instrumentos que a tecnologia pode lhe oferecer para atender da melhor forma possível aos interesses de seus clientes. Essa nova postura do profissional moderno está ancorada não somente na automatização e organização de suas tarefas de trabalho proporcionada por um software, mas também com o engajamento da equipe de advogados e funcionários administrativos que lhes dão suporte

Como recomendação para trabalhos futuros, sugere-se a continuidade da pesquisa nessa área, explorando a interseção entre tecnologia e justiça. Investigações adicionais podem se concentrar em questões específicas, como a privacidade dos dados, a ética na utilização da inteligência artificial e os impactos sociais da

digitalização do sistema jurídico. Esses estudos aprofundados são essenciais para orientar políticas e práticas que promovam uma evolução responsável e equitativa do sistema jurídico no contexto digital.

No futuro, espera-se que a IA e os softwares jurídicos, continue evoluindo e se integrando profundamente no sistema jurídico, revolucionando a forma como a justiça é administrada e aumentando a eficiência e a equidade do sistema. No entanto, aqueles que estão dispostos a se adaptar, evoluir e abraçar a mudança têm um futuro brilhante pela frente, aproveitando a IA para melhorar a qualidade, a eficiência e a acessibilidade dos serviços jurídicos, bem como, trabalhar juntos para criar um setor jurídico mais justo, inclusivo e diversificado que atenda às necessidades de todos os envolvidos e promova o bem-estar da sociedade como um todo.

8 REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Jigleane Milena da Conceição; MOREIRA, Marcos Leonardo da Silva Pinto. A inteligência artificial e o processo judicial no brasil: evolução e perspectivas. **VII EMPEJUD. 2023**, p.203-216. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrEr.5J6Mxmda0Ci6lf7At.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1724733642/RO=10/RU=https%3a%2f%2fempejud.tjal.jus.br%2findex.php%2fexmpteste01%2farticle%2fview%2f586%2f347/RK=2/RS=jZacO_4Pl.asb.WoFCsPRWsoAps-. Acesso em: 29/07/24.

ALMADA, Marco; ZANATTA, Rafaela. F. Inteligência Artificial: direito e pesquisa jurídica. **Revista USP**, São Paulo, n.141, p.51-64,abr./jun. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2024/05/4-Marco-Almada.pdf>. Acesso em 05/08/2024.

ANDRADE, Otávio Morato. Inteligência artificial e advocacia: algumas aplicações práticas. In: PIMENTA, R.B.de C.; LANNES, Y.N.da C.; VALENTINI, R.S. (orgs.). Inteligência artificial e tecnologias aplicadas ao direito. **III Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial**: Skema Business School – Belo Horizonte, p.26-33, 2020. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/x2c7701f/psi795lv/916tv71e3za4DZil.pdf>. Acesso em 03/08/2024.

AUTOJUR. Inteligência artificial no direito: uma transformação inevitável. 2024. Disponível em: <https://autojur.com.br/inteligencia-artificial-no-direito-uma-transformacao-inevitavel/#:~:text=A%20intelig%C3%Aancia%20artificial%20tem%20um,tecnologia%20em%20sua%20pr%C3%A1tica%20profissional>. Acesso em: 05/08/2024.

AUTOJUR. Transformação digital: o futuro da advocacia com a inteligência artificial. 2024. Disponível em: <https://autojur.com.br/transformacao-digital-o-futuro-da-advocacia-com-a-inteligencia-artificial/> Acesso em: 05/08/24.

BCOMPANY. Automatização de tarefas repetitivas: como os softwares jurídicos estão revolucionando a eficiência nos escritórios de advocacia. s.d. Disponível em: <https://www.bcompany.com.br/blog/softwares-juridicos-e-eficiencia-nos-escritorios/> Acesso em: 12/08/24.

BEZERRA, Mateus Torres. A evolução da tecnologia no Direito. Jusbrasil. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-evolucao-da-tecnologia-no-direito/1768490258> Acesso em 05/08/2024.

CARVALHO, Angelo Gamba Prata de. Juristas e ludistas no Século XXI: a realidade e a ficção científica do discurso sobre o futuro da advocacia na era da informação. In: FERNANDES, Ricardo Vieira de Carvalho; COSTA, Henrique Araújo; CARVALHO, Angelo Gamba Prata de (Coords.). **Tecnologia jurídica e direito digital: I Congresso Internacional de Direito e Tecnologia**, 2017. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

CHAVES, Natália Cristina; COLOMBI, Henry. **Direito e Tecnologia**: novos modelos e tendências. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/112kpPMRDYaiEvRLePr3eTlupaTOS3CH/view> Acesso em 10/08/24.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Processo Judicial Eletrônico. s.d. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/processo-judicial-eletronico-pje/#:~:text=O%20PJe%20%C3%A9%20uma%20plataforma,Advocacia%20P%C3%BAblica%20e%20Defensorias%20P%C3%BAblicas>. Acesso em: 29/07/24.

GUEDIN, Eduardo. GED e ECM: o que são e quais as diferenças? 25 set. 2018. Disponível em: <https://www.neomind.com.br/blog/diferenca-entre-ged-e-ecm/#:~:text=O%20surgimento%20da%20tecnologia%20que,armazenamento%20de%20documentos%20nas%20organiza%C3%A7%C3%B5es>. acesso em 05/08/2024.

JUSBRASIL. Inteligência artificial vence 20 advogados em teste de revisão de contratos. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/inteligencia-artificial-vence-20-advogados-em-teste-de-revisao-de-contratos/556285161#:~:text=A%20mais%20recente%20novidade%20nesse,teste%20de%20revis%C3%A3o%20de%20contratos>. Acesso em: 12/08/2024.

JUSBRASIL. 5 softwares jurídicos de qualidade que você precisa conhecer. 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/5-software-juridicos-de-qualidade-que-voce-precisa-conhecer/1198093484#:~:text=O%20Jusbrasil%20PRO%20%C3%A9%20produto,fa-cilidade%20que%20a%20tecnologia%20proporciona>. Acesso em: 06/08/24.

LAZZARINI, Giuseppe Mateus Boselli. Propriedade intelectual sobre software: uma visão geral. **Baptistaluz**. 16 jul. 2018. Disponível em: <https://baptistaluz.com.br/espacostartup/propriedade-intelectual-sobre-software-uma-visao-geral/> Acesso em 06/08/2024.

NEGREIRO, Patricia. Aplicação da inteligência artificial no mundo jurídico: vantagens, desvantagens e impacto. **Jusbrasil**. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/aplicacao-da-inteligencia-artificial-no-mundo-juridico-vantagens-desvantagens-e-impacto/1995452599> Acesso em: 09/08/24.

PORCELLI, Adriana Margarita. A inteligência artificial aplicada à robótica nos conflitos armados. Debates sobre os sistemas de armas letais autônomas e a (in) suiciência dos standards do direito internacional humanitário. **Estud. SocioJuríd.** 2021, v.23, n.1, p.483-530. Mai. 29, 2022. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0124-05792021000100483&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 08/08/24.

KOETZ, Eduardo. Transformação digital e a Justiça. **Transformação Digital**. s.d. Disponível em: <https://transformacaodigital.com/justica-digital/>. Acesso em: 03/08/24.

KURIER. Um panorama sobre software jurídico e sua utilização em escritórios de advocacia. 05 jul. 2017. Disponível em: <https://blog.kuriertecnologia.com.br/um-panorama-sobre-software-juridico-e-sua-utilizacao-em-escritorios-de-advocacia/> Acesso em 30/07/24.

REIS, Luís Fernando Scherma. O direito surgiu antes da escrita. s.d. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=7e44f6169f0ae75b> Acesso em: 09/08/24.

ROSA, Alexandre Moraes da. A questão digital: o impacto da inteligência artificial no Direito. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, Guanambi, v. 6, n. 02, e259, p.1-18 jul./dez. 2019. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/RDFG/article/view/13928/7708>. Acesso em: 27/07/24.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Tradução de Daniela Moreira Miranda. São Paulo: Edipro. 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7963812/mod_resource/content/1/LIVRO%20A%20QUARTA%20REVOLU%C3%87%C3%83O%20INDUSTRIAL%20Klaus%20Schwab%20-%20edipro%20%282016%29-1.pdf. Acesso em: 10/08/24.

SILVA, Ney Lúcio Da. **Políticas de arquivo e gestão de documentos no âmbito da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, UFMG. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VAFA-BCLJSR/1/disserta_o_ney_lucio_2019.pdf. Acesso em 06/08/2024.

SOUZA, Fernanda. Ética e Inteligência Artificial (IA) para profissionais de tecnologia: navegando no mundo digital de forma responsável. **Alura**. 2023. Disponível em: <https://www.alura.com.br/artigos/etica-e-inteligencia-artificial>. Acesso em 09/08/24

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL. Ross, o primeiro robô advogado do mundo.
Disponível em: <https://transformacaodigital.com/juridico/ross-o-primeiro-robo-advogado-do-mundo/> Acesso em: 08/08/24.